



**PAUTA
PARA A 153ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 08 DE DEZEMBRO DE 2010**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 813, de 2010, de autoria do deputado Luciano Batista. Altera a Lei nº 10.876, de 2001, que torna obrigatória a execução do Hino Nacional em todos os eventos esportivos.

2 - Projeto de lei nº 814, de 2010, de autoria dos deputados Beth Sahão e Vicente Cândido. Declara de utilidade pública a associação "Os Independentes", em Barretos.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 810, de 2010, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública o "Grupo Ecológico Olho D'Água", em Mococa.

2 - Projeto de lei nº 811, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Descalvadense de Apoio aos Portadores de Câncer - Fênix", em Descalvado.

3 - Projeto de lei nº 812, de 2010, de autoria do deputado Davi Zaia. Declara de utilidade pública a "Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de Araçatuba - ACREPOM", naquele Município.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 801, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Claudemir Vieira da Silva" ao viaduto localizado no km 473,250 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Pirapozinho

2 - Projeto de lei nº 802, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui o "Programa Agente Cidadão Senior" no Estado.

3 - Projeto de lei nº 803, de 2010, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Determina a distribuição gratuita de medicamentos produzidos pela Fundação para o Remédio Popular - FURP aos usuários de Planos Privados de Saúde contribuintes do Estado.

4 - Projeto de lei nº 804, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Dispõe sobre a obrigatoriedade de se utilizar pulseira com sensor eletrônico sonoro, para identificação e segurança de recém-nascido, nos hospitais e nas maternidades públicas e privadas do Estado.

5 - Projeto de lei nº 805, de 2010, de autoria da deputada Célia Leão. Obriga as farmácias e drogarias do Estado a manter à disposição do público, para consulta, lista de medicamentos em caracteres braille.

6 - Projeto de lei nº 806, de 2010, de autoria da deputada Célia Leão. Dá a denominação de "Alcides André da Silva" à passarela situada no km 172,200 da Rodovia SP 342, em Mogi Guaçu.

7 - Projeto de lei nº 807, de 2010, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá denominação de "Pedro Braz das Chagas" à ponte sobre o Rio Pederneiras situada no km 121,700 da Rodovia SP 127, em Tatuí.

8 - Projeto de lei nº 808, de 2010, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Dispõe sobre a garantia de produtos substituídos por motivo de defeito insanável do fabricante.

9 - Projeto de lei nº 809, de 2010, de autoria do deputado Sidney Beraldo. Dá a denominação de "Walter Alves da Cunha Corrêa" ao 3º Distrito Policial de Guaratinguetá.

10 - Moção nº 100, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei 3077 de 2008, que altera a Lei nº 8.742, de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, seja aprovado.

1 - Projeto de lei nº 796, de 2010, de autoria do deputado Rafael Silva. Dá a denominação de "Benedito Giolo" ao conjunto habitacional localizado no bairro Jardim Bom Retiro, em Serra Azul.

2 - Projeto de lei nº 797, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o "Instituto Sagrada Família", em Mococa.

3 - Projeto de lei nº 798, de 2010, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "União Espírita Caminho da Luz", em Ourinhos.

4 - Projeto de lei nº 799, de 2010, de autoria do deputado Fernando Capez. Torna obrigatória a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do PROCON - Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor em locais de grande concentração de consumidores.

5 - Projeto de lei nº 800, de 2010, de autoria do deputado Waldir Agnello. Autoriza o Poder Executivo a incluir, nos editais de concursos públicos para a contratação dos servidores de nível superior, além dos bacharéis, também os formados como tecnólogos.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 792, de 2010, de autoria do deputado Samuel Moreira. Dá a denominação de "Prefeito Benedito Saccon" à ponte sobre o Rio Ribeira do Iguape localizada no km 18,3 da Rodovia Empei Hiraide - SP 139, em Sete Barras.

2 - Projeto de lei nº 793, de 2010, de autoria do deputado Edmir Chedid. Cria o "Conselho Estadual do Cooperativismo de São Paulo - CECOSP".

3 - Projeto de lei nº 794, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Dá a denominação de "Lucio Martineli" ao viaduto localizado no km 477,150 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, em Pirapozinho.

4 - Projeto de lei nº 795, de 2010, de autoria do deputado Roque Barbieri. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Visuais e Amigos - Olhar Tátil", em Mogi das Cruzes.

5 - Moção nº 98, de 2010, de autoria do deputado Bruno Covas. Apela para os Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que seja rejeitada qualquer tentativa de se recriar a Contribuição Provisória sobre

Movimentação Financeira - CPMF, ainda que seja renomeada por Contribuição Social para a Saúde - CSS.

6 - Moção nº 99, de 2010, de autoria da Comissão de Defesa do Meio Ambiente. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de adotarem as medidas necessárias para a apresentação, discussão e aprovação de projeto de lei que altere as regras vigentes sobre parcelamento do solo urbano na Zona Costeira, com o objetivo de assegurar seu desenvolvimento sustentável.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o item 1 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno (Urgência).

3ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 46, de 2010, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei Complementar nº 1093, de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

1 - Proposta de emenda nº 5, de 2010, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Edson Giriboni e outros. Altera a Constituição do Estado de São Paulo vedando a nomeação ou a designação para os cargos que menciona daqueles considerados inelegíveis nos termos da Legislação Federal.

2 - Proposta de emenda nº 6, de 2010, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Waldir Agnello e outros. Altera a Constituição Estadual incluindo a vedação para nomeação em cargos públicos de pessoas inelegíveis nos termos da Lei Ficha Limpa e de acordo com a legislação federal.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 744, de 2008, de autoria do deputado Jorge Caruso. Declara de utilidade pública a "Associação Cidadania e Saúde - ASCISA", em Cruzeiro.

2 - Projeto de lei nº 508, de 2009, de autoria do deputado Roberto Engler. Declara de utilidade pública a "Ação Social Caminho da Luz", em Franca.

3 - Projeto de lei nº 325, de 2010, de autoria da deputada Beth Sahnão. Declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Dourado", em Dourado.

4 - Projeto de lei nº 368, de 2010, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Declara de utilidade pública a "Companhia de Artes Tribus", em Praia Grande.

5 - Projeto de lei nº 369, de 2010, de autoria do deputado Paulo Alexandre Barbosa. Declara de utilidade pública a "Associação Fábrica de Solidariedade", em Santos.

6 - Projeto de lei nº 378, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública o "Centro Espírita Fé, Esperança e Caridade", em Mogi Mirim.

7 - Projeto de lei nº 440, de 2010, de autoria do deputado Orlando Morando. Declara de utilidade pública a "Associação Projeto Crescer do ABC", em Santo André.

8 - Projeto de lei nº 524, de 2010, de autoria da deputada Haifa Madi. Declara de utilidade pública o "Centro de Convivência JOANA D'ARC", em Guarujá.

9 - Projeto de lei nº 552, de 2010, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Eldorado.

10 - Projeto de lei nº 571, de 2010, de autoria do deputado Celso Giglio. Declara de utilidade pública a "Associação Paulista de Apoio à Família", na Capital.

11 - Projeto de lei nº 577, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Casa do Abrigo de Dois Córregos", naquele Município.

12 - Projeto de lei nº 578, de 2010, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Declara de utilidade pública a "Associação Cordeiopolense de Apoio aos

Portadores de Câncer - ACORAC", em Cordeirópolis.

13 - Projeto de lei nº 579, de 2010, de autoria do deputado Vicente Cândido. Declara de utilidade pública a "União de Moradores da Favela do Jardim Colombo", na Capital.

14 - Projeto de lei nº 606, de 2010, de autoria do deputado Mauro Bragato. Declara de utilidade pública a "Associação Espírita Jesus Chama-te no Caminho para a Luz", em Mogi-Guaçu.

15 - Projeto de lei nº 668, de 2010, de autoria do deputado André Soares. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente & Comunitária do Povo - ABCP", na Capital.

16 - Projeto de lei nº 710, de 2010, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Declara de utilidade pública o "Programa de Assistência Social - PAS", em São Roque.

17 - Moção nº 88, de 2010, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição nº 571, de 2006, que inclui alínea "e" no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, visando introduzir nova hipótese de imunidade tributária sobre produtos reciclados de matéria-prima nacional, seja apreciada e aprovada com a máxima brevidade possível.